



Informativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB
Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - CEP: 30110-039 - Belo Horizonte (MG) - Ano XXI - Nº 80 - Set/Out 2009

O artigo "Amicus Curiae" trata do que é correto e do que é sensato no julgamento sobre as correções dos Planos Bresser e Verão que ocorrem no STF.
Página 3

Em *A culpa ... "in eligendo"*, associado da UNAMIBB analisa a situação da Previ em relação ao BB.
Página 5

Muitos acionistas do BB andam preocupados com a possível necessidade de capitalização do Banco. Leia artigos nas páginas 6 e 7

Não perca! Vem aí a II Bienal do Automóvel.
Página 8

O Editorial "Um Banco que seja do Brasil" aborda o papel de apoio ao crescimento que o BB precisa desempenhar. Página 2

Preconceito

Luiz Viégas da Motta Lima

Nada mais normal do que o indivíduo almejar viver melhor. Queremos crer, até, que este seja o objetivo maior da própria existência. Viver melhor em todos os sentidos e, como vivemos num sistema capitalista, isto também implica melhores condições econômicas e financeiras. Mesmo àqueles que, favorecidos pela sorte, já nascem em berço de ouro. O único reparo que a todos poderá ser feito é de ordem moral: progredir por meios legais e éticos.

Acreditamos que esse direito avulta quando a melhoria econômica é perseguida através do trabalho. Qualquer forma de atividade.

Como não somos eternos e o ciclo de vida mais longa resulta em perda da capacidade laboral, a organização social humana, num longo processo evolutivo, "bolou" o sistema da aposentadoria. Por idade, por tempo de serviço ou por incapacidade precoce. E, na ampliação da proteção social ao trabalhador, também gerou a pensão por morte do cabeça da economia familiar. A princípio, eram elas concedidas por dispositivos do contrato de trabalho, geralmente pagas pelo Estado a seus servidores, ou através de "benesses" de algumas empresas poderosas, como atrativos de seleção de mão de obra. Mais tarde, regidas por instrumento legal, passaram a ser concedidas a todos, como retribuição a contribuições financeiras regularmente aportadas pelo empregado.

Com pequenas variações, o sistema existe instituído em nível internacional.

Aqui no Brasil, a primeira norma legal data de 1923 e desde então tem evoluído, sempre na forma de instituição pública (previdência social). Passou a constituir-se em poderoso instrumento de distribuição de renda, geralmente manipulado pelos sucessivos governantes, porém sem jamais ter atrasado ou

deixado de honrar o pagamento dos benefícios estipulados.

O ponto alto de sua formulação teórica, de previdência social, inegavelmente se deu na Constituição de 1988. Mas, daí então, os sucessivos governos, sem exceções, tudo fizeram para apegar-se nela. E, apesar de expressos dispositivos no texto constitucional (Art.201 § 2º), tudo têm feito para impedir que aposentados e pensionistas gozem do direito de reajustamento de forma a "preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real" dos seus benefícios. Ou tenham corretamente calculado o valor inicial de sua aposentadoria, para isto se valendo de matreiro artifício aritmético (fator previdenciário).

Agora, quando o Poder Legislativo votou ou está votando a correção dessas anomalias, para fazer justiça aos aposentados e pensionistas, o Executivo, liderado pelo ex-dirigente sindical metalúrgico, "aparelha" as direções de algumas "centrais sindicais de trabalhadores", ignorando a Cobap, verdadeira representação dos aposentados e pensionistas, para que continuem prevalecendo a depreciação do valor dos benefícios previdenciários.

Como não faltam recursos ao sistema da seguridade social (em que pese a orquestrada alegação de déficit), e como é constitucionalmente assegurado o "valor real" dos benefícios, só podemos atribuir esta obstinação a preconceito contra aqueles que, já idosos, não mais estão inseridos no processo de produção.

Governantes contaminados pela ideologia neoliberal investem contra os que já cumpriram seu dever laboral para com a sociedade e agora fazem jus, com altiva dignidade, ao recesso remunerado, retribuição adquirida por lei e longos anos de contribuições.

Um Banco que seja do Brasil

A equipe econômica do Governo Lula desde o início condenou o *spread* bancário – a diferença entre os juros pagos pelos bancos na captação dos recursos e a taxa cobrada do consumidor – como um dos principais entraves ao crescimento da economia brasileira.

Apesar de a taxa básica de juros determinada pelo Banco Central ser hoje de 11,25%, a média do custo dos empréstimos para consumidores e empresas ainda oscila próxima dos 40% ao ano. Nos últimos tempos Lula demonstrava inclinação em fazer o BB a ferramenta para forçar o mercado a rever a política de *spread*. Para os analistas do Governo o BB deveria baratear com mais agressividade a oferta de dinheiro, forçando assim seus concorrentes privados a fazer o mesmo.

Quando anunciou a substituição do Presidente Lima Neto por Bendine, Lula teria declarado: “A redução do *spread* bancário neste momento é uma obsessão minha. Nós precisamos fazer o *spread* voltar à normalidade no país. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, sabe disso, o Banco do Brasil sabe disso, a Caixa Econômica e o Banco Central também sabem disso.” Fazendo coro a Lula, a Ministra da Casa Civil declarava “Não aguentamos mais discutir com presidentes de bancos públicos, porque eles pensam que são presidentes de bancos privados”. Finalmente, o pró-

prio Mantega declarou “O papel do Banco do Brasil não é ser o mais lucrativo do país. O papel dele é aumentar o volume de crédito, financiar a agricultura e o capital de giro das pequenas e médias empresas. E ele está cumprindo adequadamente seu papel”.

Ocorre que o BB é uma empresa de capital aberto, controlada pelo governo, mas que também conta com acionistas minoritários. O temor é que, ao seguir as vontades do governo, o banco comprometa sua lucratividade.

A história econômica do país mostra que bancos administrados exclusivamente sob o absoluto controle do Estado ficam mais expostos a riscos. No passado, por conta de empréstimos ditados por critérios políticos, em vez de técnicos o próprio BB precisou da injeção de R\$ 8 bilhões do Tesouro Nacional.

Os *spreads* devem continuar sendo pressionados pela elevada carga de impostos e outros problemas estruturais do país que dependem de uma ação mais “ousada”, não só Banco do Brasil, mas do próprio governo. Não se derruba *spreads* no grito, pois o mercado não tem ouvidos.

A **UNAMIBB** sempre defendeu o papel social do Banco do Brasil. Sempre lutamos por um Banco de fomento, de desenvolvimento, de apoio ao pequeno e médio produtor, ao pequeno e médio empresário. Afinal, bancos comerciais já existem e cumprem o papel que lhes cabe. Do Banco do Brasil sempre esperamos mais e, se

de um lado olhamos desconfiados a postura da pré-candidata, Dilma Rousseff, de outro podemos vislumbrar novos rumos ao BB. O novo Presidente, Bendine, tem 45 anos, é funcionário do BB há 30, ou seja, entrou no BB como Menor Aprendiz e esperamos que com essa bela carreira tenha aprendido um pouco o espírito de ser BB. Quarenta e cinco anos de idade... Quantos ex-funcionários do Banco do Brasil já completaram 45 anos, como aposentados? Uma das primeiras atitudes de Bendine foi escrever a seus colegas. Na entrevista após a indicação, a primeira coisa que fez foi ressaltar a importância do funcionalismo da casa, que é “o maior ativo” do banco. Foi uma correspondência de um simples funcionário do BB encaminhada à todos os colegas de banco.

O atual detentor do mais alto posto num dos maiores bancos do país e da América Latina, instituição financeira que se confunde com a história do Brasil, merecedora de todo o prestígio internacional, simplesmente pede a seus colegas que continuem chamando-o pelo apelido carinhoso que ganhou internamente, quando começou aos 14 anos de idade na instituição como menor aprendiz: “Dida”. A **UNAMIBB**, que jamais separou a importância do BB para o país do apreço que sempre nutriu pelos funcionários, personagens dessa história de mais de duzentos anos, espera que dias melhores surjam no horizonte das relações funcionais.

NOTÍCIAS DO BRASIL

É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - **UNAMIBB** Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

Fundador: Cyro Verçosa

Endereço: Av. do Contorno, 6437 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039
Fone: (31) 3194 5900
Fax: (31) 3194 5903
www.unamibb.com.br
unamibb@unamibb.com.br

Diretoria

Presidente

Altair de Castro Pereira

Vice-presidente

Ilsa Musa de Noronha

Diretor Secretário

José Sana

Diretor Administrativo

Antonio Carlos Dias

Diretor Financeiro

Raimundo Vítor Santos

Jornal Notícias do BBrasil

Jornalista Responsável:

Luzia Lobato - MG-04651JP

Edição, Editoração e Projeto Gráfico: Luzia Lobato

Impressão:

Editora O Lutador (31) 3439-8000

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, sendo de responsabilidade dos articulistas.

O jornal Folha de São Paulo em sua edição de 24 de maio de 2009, publicou na seção “Tendências/Debates” uma importante análise de autoria do mestre em direito pela Universidade de Harvard, Joaquim Falcão, detentor do título de doutor em educação pela Universidade de Genebra, membro do Conselho Nacional de Justiça, e diretor da Escola de Direito da FGV. Assim diz em determinado trecho: “Na verdade, o mundo judicial, aqui e alhures, está dividido entre consequencialistas e formalistas”... “Essa dicotomia é simplista. Basta atentar para a iniciativa do Banco Central em ser ‘amicus curiae’ no julgamento pelo STF da ADPF 165, na qual se discute a constitucionalidade dos planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão Collor 1 e Collor 2) quanto às diferenças de correção das cadernetas de poupança. Está claro que o BC se preocupa com as consequências para o sistema bancário da futura decisão do STF.... Avaliar as consequências de suas decisões é mais do que uma inevitabilidade para o juiz. É fator de responsabilidade e legitimação do próprio tribunal.”

“Amicus curiae”, quer dizer, “amigo da corte”. O Dr. Luiz Fernando Martins da Silva, advogado e professor da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, explica que “Sua função é chamar a atenção dos julgadores para alguma matéria que poderia, de outra forma, escapar-lhe ao conhecimento. Um memorial de amicus curiae é produzido, assim, por quem não é parte no processo, com vistas a auxiliar a Corte para que esta possa proferir uma decisão acertada, ou com vistas a sustentar determinada tese jurídica em defesa de interesses públicos e privados de terceiros, que serão indiretamente afetados pelo desfecho da questão. Recentemente, este instituto passou a ser utilizado no Brasil em processos junto ao Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais de Justiça dos Estados.”

Já não o amigo da corte, mas os amigos da corte marcaram sua presença na corte. Os bancos haviam recorrido à Justiça para impedir o an-

damento das ações para revisão da poupança na vigência dos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, sob o argumento que isto poderia quebrar o sistema bancário. No dia 13 de julho passado, divulgamos que os bancos tiveram negado esse pedido junto ao Supremo Tribunal Federal

Entretanto, o próprio Governo – Ministério da Fazenda (Guido Mantega) e Banco Central (Henrique Meirelles) – (olha aí o amicus curiae), está fazendo lobby em favor dos bancos junto aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Nos bastidores, já se admite que os senhores ministros estejam “sensibilizados” com os argumentos do governo, contrários ao pagamento das diferenças dos planos aos poupadores que foram prejudicados. Os argumentos giram em torno do elevado volume de divisas que deverá ser disponibilizado para pagamento aos poupadores que ainda estão demandando na Justiça, cuja vitória é certa, garantida pelos precedentes já vitoriosos e pagos, “pondo em risco o sistema bancário”.

Temos razões para temer que o STF se deixe vencer pelos argumentos dos amigos da corte, e se mostre consequencialista quando se tratar de decidir favoravelmente sobre interesses de uma coletividade que teve seus direitos usurpados.

Não se trata apenas da correção da Caderneta de Poupança. Não faltarão, moldados nas conveniências de falsos interesses maiores, argumentos aos “amigos da corte” para despertar o alarme consequencialista nas decisões dos Tribunais nas ações, no seu conjunto de grande porte, que muitos funcionários e ex-funcionários movem contra o BB, e aposentados movem contra a Previ e Cassi.

Lembremos, principalmente, dos R\$5,3 bilhões que embora bloqueados por decisão judicial, o Banco do Brasil apropriou em seu balanço de 2008 incrementando lucros e distribuindo dividendos por conta do superávit da Previ. O fato já consumado e de consequências irreversíveis, influenciará para que haja uma orientação

consequencialista na decisão final.

No dia 01/10/2009 estava programado um evento sob a direção da Abrapp, com temas em duas plenárias, a primeira com o título “O Poder Judiciário e o Equilíbrio Atuarial e Financeiro dos Fundos de Pensão”. O resultado ainda não foi divulgado. O que chama a atenção são os itens programados. Vejamos: 1) Impacto das decisões judiciais sobre o equilíbrio atuarial e financeiro dos planos; 2) A importância do Poder Judiciário para o cumprimento dos contratos; 3) Relacionamento com o Poder Judiciário como item fundamental à estabilidade do Sistema. Um dos palestrantes é o senhor Adacir Reis, sócio do escritório Reis, Tôres e Florêncio Advocacia. Foi secretário da Secretaria da Previdência Complementar (SPC). Segundo o Correio Brasiliense de 16/09/2005, Adacir Reis “é amigo, aliado e foi assessor de Gushiken quando ele era deputado”, e foi a época em que a Controladoria Geral da União (CGU) partiu para uma investigação barulhenta para cima da SPC, ao mesmo tempo da CPI sobre os fundos de pensão. Alguém sabe no que tudo isto deu? Sim, com bastante azeite. Cebola e orégano.

Não é preciso um raciocínio muito engenhoso para revelar aos nossos sentidos que levantar aquelas três questões do citado evento, na atual conjuntura, tem o propósito sutil de praticar uma chantagem, aplainar os caminhos, alargar as veredas e remover as pedras de tropeço da prática de ilegalidades. Uma grave tentativa de suborno ao Poder Judiciário, convencendo-o a não cumprir com seu dever sob a justificativa de estar praticando um mal necessário, ao autorizar os fundos a não cumprirem seus contratos legais. É esta a idéia que está a fluir dos títulos dos três temas apresentados. Aí está um gigantesco memorial do “amicus curiae”.

Então, somente restará apelarmos à Justiça Divina. Ah, Senhor, se possível ainda pra esta vida, não para a outra!

(*) Roberto Abdian é Diretor da AFABB - Tupã (SP)

O preço do lucro do Banco do Brasil

Marcos Coimbra (*)

Recentemente, foi divulgado o excepcional lucro obtido pelo Banco do Brasil (BB) no último exercício. Porém, é indispensável que o povo brasileiro conheça o preço deste resultado. Durante muitos anos o Banco do Brasil foi considerado como uma instituição exemplar, em todos os sentidos. Era respeitado por todos. Possuir uma conta no banco funcionava como uma espécie de credencial.

Os funcionários, selecionados em concurso nacional rigoroso, só conseguiam ingresso quando detentores de real mérito. A remuneração, digna. Uma carreira garantida aos bons funcionários. Havia uma assistência médica de qualidade e a garantia da aposentadoria e pensão, graças a sólidas contribuições.

A administração geral composta de quadros técnicos de excelente categoria. Até os políticos eventualmente designados para a diretoria tinham que ser do ramo. Além de honestidade, competência. Arthur Santos, Léo de Almeida Neves, Luiz de Paula Figueira, de orientações ideológicas diferentes, sempre foram e são exemplos de cidadãos sem mácula. De fato, apesar de o presidente, algumas vezes, ser nomeado por indicação política, o quadro técnico não deixava que fossem cometidas irregularidades.

Funcionou até 1964 como um verdadeiro Banco Central, em conjunto com a Sumoc. Detinha o controle da fiscalização bancária e a condução do comércio exterior. Ser presidente do banco era mais importante do que ser ministro de muitas pastas.

Com o decorrer do tempo, foi perdendo terreno. Com a Lei 4.595, de 31/12/64, foi criado o Banco Central (Bacen), com o núcleo da Sumoc, mas com a retirada do Banco do Brasil de inúmeros órgãos e centenas de funcionários altamente qualificados. Depois, perdeu a Cacex (Carteira de Comércio Exterior). Mais recentemente, a denominada conta-movimento.

Até no período das administrações militares, os cargos de direção, com raras exceções, estavam nas mãos de funcionários de carreira. Com o advento da Nova República, pouco a pouco, foi sendo infiltrado por muitos políticos profissionais, que foram assumindo cada vez mais poder. Até o concurso, antes respeitado nacionalmente, foi conspurcado na era Collor.

Várias alterações foram feitas sem-

pre em prejuízo do funcionário. Os escândalos começaram a surgir, a cada dia mais intensos. O funcionário de carreira foi sendo desestimulado, com a progressiva perda de salário real. A remuneração fixa passou a decrescer, tornando-o escravo de um cargo comissionado. O salário de ingresso baixou para cerca de R\$ 1,2 mil.

Nos dias de hoje, a situação é bem pior. De fato, desde 1997 o Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) têm negociado os sucessivos superávits do fundo de pensão, sempre transferindo recursos vultosos para o banco.

Várias entidades representativas dos funcionários, como a União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil (Unamibb) e a Faabb denunciam que estas transferências são ilegais e colocam em risco a Previ.

Citam como exemplo que, em 1997, o Patrimônio Líquido (PL) do banco era de cerca de R\$ 5,5 bilhões, tendo havido um desconto ilegalmente concedido a ele pela Previ de R\$ 5,075 bilhões (92,38% do PL). Em 31/12/2006, o PL do banco foi de R\$ 20,58 bilhões, ao passo que o abatimento concedido em 97 (5,075 bilhões), corrigido pelo IGP-DI e depois INPC + juros de 6% a.a., totalizava R\$ 20,56 bilhões ou 97,14% do PL.

Entre 97 e 2006, o banco beneficiou-se com a implantação da paridade contributiva, a qual custou R\$ 3,080 bilhões à Previ, apropriando-se, em 2006, com o acordo da redução da parcela Previ, de mais R\$ 2,3 bilhões, o qual reduziu-se a R\$ 1 bilhão, após o pagamento de impostos.

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) deixou de receber durante muitos anos o aporte necessário de recursos, pois o banco não reajustava os salários de seus funcionários, dando-lhes abonos, sobre os quais não incidia a contribuição do funcionário ou do banco.

Também foi alterada a relação entre a contribuição do empregador e a do empregado, em detrimento do associado. Aliada a uma má gestão, o plano original da Cassi tornou-se altamente deficitário, causando intranquilidade.

Recente proposta dos administradores da Cassi, de aporte de R\$ 300 milhões pelo banco, metade de imediato e a outra metade durante três anos, em contrapartida da participação dos associados nos exames fora do hospital e

da instituição da contribuição sobre o 13º salário, não foi aprovada por 2/3 dos associados, inicialmente, mas foi depois imposta.

Em complementação, o banco baixou, tempos atrás, para seus funcionários, um “pacote de maldades”, constituído por demissão voluntária, aposentadoria antecipada e terceirização de serviços. Em épocas anteriores, os denominados PDVs (planos de demissão voluntária), aparentemente benéficos individualmente, trouxeram desilusões. A qualidade do atendimento cai.

A continuidade de atos, iniciada em 1967, com a renúncia do banco ao compromisso com os aposentados, parece sinalizar no sentido de que o banco está seguindo fielmente diretrizes impostas pelo sistema financeiro internacional, com a finalidade de privatizar o Banco do Brasil, como mais uma etapa da destruição do Estado Nacional Soberano. Dos seus vice-presidentes, 75% são nomeados por indicação política.

Grande parte dos terminais de atendimento não funciona adequadamente. Outro dia, estivemos em uma das principais agências do BB da Zona Sul do RJ e havia apenas um terminal de depósitos funcionando. O outro estava fora do ar há cerca de um mês. Reclamamos à Ouvidoria e recebemos por escrito a justificativa de que o serviço era terceirizado e uma peça estava sendo providenciada para conserto, mas estava em falta.

Na Região dos Lagos, as poucas agências existentes vivem lotadas, com vários terminais fora do ar (ora não imprimem comprovantes, ora não possuem recursos para saques etc.), com filas intermináveis. Seus concorrentes privados chegam a abrir duas novas agências, enquanto o BB continua com apenas uma, em diversas localidades importantes. O BB chega a cobrar R\$ 20 por uma simples transferência de pontos do saldo existente na conversão para pontos de programas de fidelidade.

Afinal, qual é o objetivo do Banco do Brasil? Ser mais um banco comercial ou um agente do Desenvolvimento Nacional?

Marcos Coimbra é Conselheiro Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), professor de Economia e autor do livro *Brasil Soberano*. Endereços: mcoimbra@antares.com.br - www.brasilsoberano.com.br

A culpa ... “in eligendo”

Acredita em balanços? - A atuária, - dizem -, é a ciência que pode transformar grão de ervilha em melancia, e vice-versa. Exageros à parte, o fato é que, escudados pela sabedoria dos atuários, os fundos de pensão podem ostentar superávit ou déficit, de acordo com conveniência de seus patrocinadores. Para isso, basta alterar premissas, como por exemplo a tábua de mortalidade ou os juros e assim alcançar a situação desejada. Tábua que preveja vida mais curta dos participantes significa reserva matemática menor, e, juros mais baixos, idem. Se tais artifícios forem aplicados no sentido mencionado, o superávit do fundo aumenta e, se na direção contrária, diminui e pode ocorrer dar déficit.

Esse simples fato já é motivo para se analisar com bastante cuidado a situação dos fundos de pensão. A quebra de um bom número deles não recomenda crer que eles “protegem o esforço do trabalhador”, tal como asseverado no 30º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, em recente encontro em Curitiba. Por outro lado, a Ministra de Estado ali presente enfatiza “a importância dos investimentos dos fundos de pensão em projetos econômicos e sociais de grande alcance”. Essa afirmativa causa inquietação. Para os assistidos, que contribuíram forte e longamente durante o período laboral, fundamental é a perenidade de seus benefícios sem os sobressaltos que têm atingido companheiros de planos falidos. Enfatizou-se, no encontro, a conveniência de direcionar recursos desses fundos para “projetos de infraestrutura e modernização do setor produtivo”, mas nada se disse a respeito da segurança e do retorno de tais investimentos.

E a fiscalização? - Os que confiam na fiscalização do sistema, devem ler a passagem publicada na revista Piauí de setembro, que dá a entender como é fácil obter anuência da SPC para pretensões de interesses de poderosos. Dentre outros exemplos que poderiam ser elencados, cite-se o ocorrido com a queixa à SPC apresentada por um assistido. Referia-se à não aplicação, por parte da Previ, da tábua de mortalidade de uso já determinado pela própria SPC. Em setembro passado, decorridos 48 meses desde a reclamação, recebeu a resposta dizendo que em vista de a Previ já ter adotado a tábua

indicada há dois anos, nada havia de irregular. O caso é que, nos dois anos não abrangidos pela utilização da tábua correta, o superávit seria menor ou mesmo causar um déficit...

1997 – um mau acordo - O que temos visto na Previ (a partir de 1997) não é tranquilizador. O acordo com o BB levou, inicialmente, mais de cinco bilhões de reais do Fundo, e o restante da dívida do patrocinador foi “pago” com recursos do superávit do próprio Plano. Houve, depois, uma intervenção, e mais de dois bilhões de reais foram transferidos para o Banco.

Capitalização do BB - Em 2001, tal como longamente exposto pelo jornal Valor Econômico de 16 de fevereiro daquele ano, a deficiência patrimonial do Banco foi sanada sem que o Tesouro Nacional precisasse “gastar um centavo sequer para capitalizá-lo”. Para isso foram utilizados dois terços do superávit atuarial da Previ. O então desejado e necessário superávit foi construído, na ocasião, através da precificação de ativos de renda variável pelo valor econômico desses bens. Veja como.

Reavaliação de ativos - Até então, as participações acionárias dos fundos de pensão eram contabilizadas pelo valor patrimonial ou pela cotação em bolsa, o que fosse menor. O Banco decidiu remarcar os papéis da Previ representativos de blocos de controle de empresas participadas pelo valor econômico calculado por “consultores especializados”. Reavaliados tais ativos pelo próprio Banco – ainda segundo o mesmo Jornal – o superávit de 2.000 dobrou, alcançando dez bilhões de reais.

Essa forma de reavaliação, referendada pelos poderes “competentes”, foi utilizada em outros exercícios, sempre engordando os ativos da Previ. Desconfia-se dessa forma de reavaliação, pois tal “controle”, por ser parcial, permitiria aos majoritários impor condições inacessíveis aos demais sócios, e assim manipular o valor desses investimentos.

Governança - Depois da quebra de bancos e grandes empresas, a governança corporativa está bastante desacreditada. E, a prática de indicar de Conselheiros para a gestão de empresas participadas é ineficaz. Mais adequado seria diversificar ao máximo as aplicações, diluindo riscos, até porque aos minoritários já é assegurado o poder de fiscalizar as empresas. Assim

agem os fundos de pensão no exterior. Indicar representantes é medida inócua para fiscalizar e pretensiosa caso o objetivo seja influir na gestão da participada. Por serem consideradas privilegiadas, nem sequer informações podem ser levadas aos Fundos por tais indicados. A indicação de Conselheiros é importante apenas politicamente, para dar poder aos que distribuem os cargos.

A par das ações acima aludidas de reavaliações de ativos para efeito de elevar o patrimônio da Previ, não se pode negar que a valorização das ações nos últimos anos foi determinante para aumentar substancialmente o patrimônio do Fundo. A existência de Reserva Especial por três exercícios consecutivos determinou, conforme reza a Lei, a revisão do Plano, em 2006.

A revisão do plano - Com poderes dados pelo interventor, que eliminou corpo social, a direção da Previ elaborou um novo regulamento de beneficiários, destituído de qualquer lógica, com que privilegiou determinados grupos – dentre os quais os próprios “legisladores” – e deixou à margem a maior parte do universo de associados. A inépcia dessas decisões acarretou uma onda de indignação e um sem número de compreensíveis ações judiciais, algumas vitoriosas em primeira instância, que tendem a propagar-se com severos prejuízos para os cofres de nosso Fundo de Pensão.

Da forma como implantadas, dentre as três medidas para a falsa e incompleta “revisão” do Plano, ressalta o chamado Benefício Especial de Renda Certa, que pagou importâncias variadas, e algumas delas superiores a R\$ 1(um) milhão, enriquecendo um pequeno grupo, e isso certamente não é objetivo de um fundo de pensão. Os outros dois benefícios primam, igualmente, pela ilogicidade.

A Resolução nº 26 - Não é verossímil que a Diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, compostos por pessoas capacitadas, como é o caso, tenham errado tanto. O que se conclui é que cumpriram ordens superiores para agir e transferir, ao patrocinador, montante igual ao que foi distribuído aos participantes e assistidos sem qualquer critério. Cabe notar que a possibilidade de doar recursos aos patrocinadores não está prevista na L.C.

Continua na página 6...

109, mas a Resolução nº 26 do CGPC criou essa anomalia ao passar por cima de ordenamento jurídico de categoria superior, (a L.C. 109), e por isso teve sua aplicação suspensa pela Justiça em decorrência de ação movida pela FAABB.

Apesar de observações acima expressas, deve-se considerar como pacífica a existência de superávit, motivo suficiente para que se cumpra a determinação para revisar o Plano. A tarefa de encontrar fórmula para isso cabe aos dirigentes da Previ, até para remediar os erros cometidos. Houve apresentação de fórmulas mirabolantes, mas também algumas factíveis. Dentre estas, a sugestão de conceder um percentual igual de acréscimo dos benefícios para todos, até o esgotamento da importância apartada da reserva especial para esse fim. Aos já beneficiados pelas medidas até agora adotadas far-se-ia a compensação dos valores. Os participantes da ativa teriam uma redução de contribuição, também em percentual adequadamente calculado, igualmente limitado pelo tempo em que esgotado o valor apartado para esse fim. Suspensão total de contribuição, como foi feito, é absurda.

O patrimônio é nosso - Com o que não se pode concordar é “doar” mais dinheiro ao patrocinador. Retirar mais recursos da Previ pode comprometer seu compromisso futuro de pagar benefícios.

Uma solução - Dentre os recursos aportados ao Banco, o que se poderia ter transferido, em lugar de recursos líquidos, seriam empreendimentos como o Costa do Sauípe, o Hospital Matarazzo e mais uns dois ou três investimentos do tipo. Hábil negociador, o Banco teria capacidade e poder de persuasão para sair a contento desses “micos”. Sabendo-se que as diretrizes de investimentos são ditadas pelo Banco aos seus prepostos da Diretoria e demais órgãos, nada mais justo do que assumir a responsabilidade decorrente dos erros desses seus servidores. Isso seria nada mais do que reconhecer sua culpa “in eligendo”. Tal culpa abrange a omissão de diligência ou cautela, imperícia, imprudência ou negligência do grupo que detinha (ou detém) o poder decisório na Previ.

Colaboração de um associado da UNAMIBB

Banco do Brasil – O que esperar em 2010?

Quem acompanha a movimentação do mercado financeiro, especialmente dos grandes Bancos já está antenado para o que pode vir no próximo ano. A imprensa tem anunciado que o Banco Central está exigindo a capitalização de pelo menos três bancos, são eles, Prosper, Luso Brasileiro e KDB Brasil. Esses estão sendo compelidos a apresentar um plano de capitalização ao Bacen por descumprimento de regras de cautela para o bom funcionamento do sistema bancário do país. Tais bancos sofreram perdas face a crise econômica mundial e fecharam o primeiro semestre deste ano sem ter o capital mínimo necessário para cobrir perdas inesperadas em suas operações de crédito.

No Banco do Brasil, maior instituição financeira em ativos do país, segundo o relatório do BC, esse índice corresponde a 15,71%, o que dá ainda uma ampla folga para expandir ainda mais a carteira de crédito. Não obstante, há sérios indícios de que o governo terá que comandar um amplo processo de capitalização dos bancos públicos comerciais, se quiser que essas instituições continuem operando na facilitação do crédito. Dos três grandes Bancos federais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste (BNB) a situação mais preocupante é a do banco do Nordeste.

A crise financeira deflagrada no ano passado reacendeu o debate sobre o papel dos bancos públicos. Somente o Banco do Brasil destinou mais de R\$ 60 bilhões aos segmentos de pessoas físicas e jurídicas, especialmente pequenas e micro empresas. Assim, os bancos públicos foram decisivos para irrigar a economia, num momento de retração geral do crédito. Ao manter e expandir a oferta de crédito, com redução de taxas, contribuíram para dar equilíbrio ao setor produtivo, o que significa garantir renda e empregos. Na outra ponta, do consumo doméstico, o crédito para pessoas físicas evitou a desaceleração do mercado interno.

A perspectiva é de que uma capitalização do Banco do Brasil, da Caixa e do BNB semelhante à do BNDES só ocorra no próximo governo. Para o BB, a expectativa, neste momento, é de que o reforço de capital venha do mercado. A instituição pode lançar, nas próximas semanas, títulos de dívida perpétua no exterior. O aval de Lula ao aumento do limite para a participação de investidores estrangeiros no Banco do Brasil foi dado por meio de decreto presidencial. Com a medida, o governo elevou o teto da participação estrangeira de 12,5% para 20%

e autorizou o banco a emitir recibos de ações ordinárias (ON) na Bolsa de Valores de Nova York. A mudança nas regras vai permitir um reforço de R\$ 7 bilhões no capital da instituição

Pelos dados do Banco Central, em junho deste ano, o índice de Basileia do BB estava em 15,71%. Mas já teria caído para 14,1% no fim de setembro, tanto pelo forte aumento da carteira de crédito quanto pela incorporação a seu patrimônio de 49% do capital do Banco Votorantin, que estava quase no limite operacional. O governo espera, porém, que, com novas emissões de dívidas subordinadas, a incorporação de 60% dos lucros ao patrimônio e a emissão de ações, o BB tenha recursos para conceder crédito, o que será vital para uma economia que deve crescer entre 4% e 5% nos próximos anos.

Dentre o funcionalismo do Banco do Brasil a expectativa é a pior possível. Aposentados e pensionistas, principalmente, sabem que invariavelmente o Banco do Brasil saca suas necessidades em seu Fundo de Pensão, a Previ. Foi assim no passado e diz a sabedoria popular que o leão uma vez tendo provado o gosto da carne... Não esquece...

Email falso

Um e-mail disparado no mês de setembro em nome do Banco do Brasil pode instalar um Malware (programa que rouba dados de contas bancárias, números de cartão de crédito, etc.) em seu computador. A mensagem informa que existe a necessidade de atualizar o “Cadastramento de Computadores”, que pode causar falhas críticas e “ocasionar perdas de dados e problemas de acesso”. Antes de clicar em qualquer link enviado lembre-se que todo procedimento de atualização deve ser sempre feito diretamente no site do BB. Utilize-se da técnica de apenas encostar o mouse no link e conferir se o endereço é o mesmo descrito. A falsa mensagem com o nome do BB, por exemplo, tem o seguinte endereço: http://www.bb.com.br/cadastramento/cadastrar_computadorBB.exe. Ao passar o mouse por cima do link observa-se que o verdadeiro endereço é: http://www.10000bb.com/*****.php. Além desses cuidados, mantenha sempre atualizado o seu anti-vírus e na dúvida, ligue no atendimento ao cliente do BB. Se você já clicou e foi contaminado confira aqui as dicas do site Info sobre o que fazer: <http://info.abril.com.br/downloads/malwarebytes-anti-malware>

BB e BNDES poderiam andar juntos?

A matéria a seguir nos foi enviada por um associado, acionista do BB e evidentemente preocupado com a possível necessidade de capitalização do Banco do Brasil em 2010. Nosso associado comenta com propriedade, a possibilidade do BNDES capitalizar o BB e, segundo ele, não há contra senso na medida muito embora os recursos do BNDES venham do Tesouro, pois o objetivo daquele Banco é a política de fomento.

O associado recorda que:

a) O BNDES já capitalizou o BB em 1996, tornando-se o terceiro maior acionista do Banco naquela ocasião. Portanto, essa parceria ora proposta é novidade;

b) Através da BNDES-Par, banco de investimentos do BNDES, aquele Banco de Desenvolvimento poderia aplicar boa parte de seus recursos num aumento de capital do BB;

c) Não se trata de trocar apenas seis por meia-dúzia. Quando o Tesouro Nacional está sem dinheiro, para bancar uma capitalização, uma alternativa pode ser o BNDES. Só assim é possível aumentar o capital do BB, mantê-lo sob controle do Tesouro, sem aumentar a dívida pública e, ainda, sem prejudicar as empresas, que continuariam a receber recursos para investimento de longo prazo, repassados pelo BB (e não diretamente do BNDES);

O que se propõe é a criação de uma holding entre BB e BNDES com enormes vantagens, senão vejamos:

I - BB e BNDES parariam de concorrer entre si, por mais espaço no comércio exterior brasileiro e atuariam juntos, trazendo boas consequências para o País. Hoje temos dois bancos públicos (BB e BNDES) com o mesmo papel: financiar o comércio exterior. O BNDES está propondo a criação de uma nova subsidiária integral, o EXIMBANK, que concentraria todas as linhas governamentais de apoio ao comércio exterior e mais os seguros e garantias (de risco soberano, por exemplo) oferecidas aos exportadores. Se o BNDES criar como sua subsidiária o EXIMBANK, além do BB perder o PROEX, o BNDES começará (como já vem fazendo) a abrir escritórios comerciais no exterior, tornando a rede externa do BB obsoleta (não podemos esquecer, que a rede externa do BB cresceu, principalmente, na década de 70, quando o BB foi utilizado pelo Governo Militar, como grande banco de fomento ao comércio exterior);

II - Hoje, as multinacionais ocupam um papel estratégico no comércio exterior mundial, pois entre 60 e 80% de todo o comércio internacional é realizado intrafirma ou intraconglomerado. Assim, por exemplo, a filial brasileira da Volkswagen alavanca as exportações ale-

mãs através da importação de peças, motores, Know How etc., ao mesmo tempo em que influencia a política de comércio exterior do Brasil em pró das exportações alemãs. Logo, quanto mais multinacionais tem, hoje, um país, mais capaz será de alavancar suas exportações. E esse papel de criar novas multinacionais brasileiras (a FRIBOI e a Votorantim Celulose, por exemplo) vem sendo exercido, cada vez mais pelo BNDES (desde o fim da CACEX). Se o BNDES virar, também, o EXIMBANK brasileiro, ele sepulta, de vez, a área internacional do BB.

III - Olhando o interesse do País e não o interesse corporativo do BB ou do BNDES, o melhor seria a criação de uma holding, para que aqueles dois bancos estatais possam atuar em conjunto, ao invés de competirem. Os benefícios para o País seriam imensos, pois o BNDES tem funding, mas não possui (ainda) estrutura de banco de varejo nacional e de banco internacional. Com a criação da nova holding, o BNDES poderia lançar mão da rede externa e da experiência internacional do BB, para atender as empresas brasileiras, que começam a se internacionalizar, ao invés de abrir uma rede própria de escritórios internacionais, o que seria demorado e caro para o País. Além disso, o BNDES poderia lançar mão da experiência e da grande rede de agências do Banco no interior, para atender melhor o agrusiness (setor onde o País detém sua maior vantagem comparativa). Por último, ao utilizar a estrutura de banco de varejo nacional do BB, o BNDES poderia atender às micro, pequenas e médias empresas nacionais.

IV - para o BB, a criação da nova holding BB-BNDES significaria voltar a ter funding abundante (além de barato), como foi, outrora, a Conta-Movimento. Além disso, ao se tornar parte de uma holding com o BNDES, o BB passaria, automaticamente, a ser seu principal agente, aumentando seus Ativos ou recebendo comissões por diversos serviços prestados. Assim, ao receber mais comissões, o BB se tornaria mais líquido, podendo reduzir seus spreads, o que seria bom para o Brasil.

V - É verdade que o SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ainda possui grandes bancos privados nacionais como Bradesco e Itaú, mas essas instituições financeiras não possuem estrutura de banco universal (ou banco internacional) como Santander e HSBC. Logo, o único banco genuinamente brasileiro com estrutura de banco universal e que poderia apoiar as empresas brasileiras no exterior é o BB, que, uma vez unido ao BNDES numa nova holding, se tornaria uma potência.

VI - Quando pensou em privatizar o BB,

Pedro Malan, Ministro do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tomou duas medidas arduas, que, infelizmente, até hoje o Governo do Presidente Lula (que é contra a privatização do BB, diga-se de passagem) não conseguiu reverter:

a) retirou os papéis de banco de desenvolvimento agrícola e de fomento ao comércio exterior do BB. Bem, todos sabemos que um banco estatal sempre é criado com algum objetivo, ou melhor, para cumprir certos papéis dentro da economia do País. Não faz sentido um "BRADESCO" ESTATAL, como é hoje o BB. (Sem nenhum demérito ao Bradesco que está no seu papel). Um banco privado busca o lucro a qualquer custo, pois esse é o seu objetivo. Já um banco estatal deve procurar cumprir seu papel dentro da economia com a maior eficiência possível. Na Alemanha, onde existe um dos mais sofisticados e bem sucedidos sistemas financeiros, há grandes bancos estatais, mas cada um tem seu papel bem definido dentro da economia e nenhum concorre com o outro. Conclusão, o BB não se tornou privado, mas, também, deixou de ser público e hoje é uma empresa esquizofrênica, doente e por essa razão grande parte de seus funcionários adoecem também.

b) acabou com o quadro de carreira (ascensão horizontal). Em qualquer órgão público (seja banco ou não) há necessidade de se ter critérios claros de promoção, pois, diferentemente de um banco ou empresa privada, onde o sujeito, normalmente, sobe porque é competente, num banco privado o funcionário pode subir, também, porque é competente, mas existem outros critérios mais políticos, que, via de regra, pesam em sua ascensão, se não houver um quadro de carreira. Com isso o Governo do Presidente Fernando Henrique vivia acabar com a burocracia do Banco, que, numa estatal, é quem defende e dá perenidade à empresa.

c) Logo, com o aumento da influência do BNDES (que pensa em longo prazo e tem um papel importante no financiamento de longo prazo do setor produtivo) sobre o BB (que perdeu a capacidade de pensar em longo prazo), esperamos que o Banco continue a ser múltiplo, mas volte a ser estatal, com seus tradicionais papéis de parceiro do agronegócio e do comércio exterior.

CONCLUSÃO: Sem a parceria do BNDES, o BB irá se enfraquecer como banco público, perdendo para aquele banco de desenvolvimento todos os papéis importantes que poderia exercer dentro de nossa economia e, em breve corre sérios riscos de se privatizado.

Dinheiro no bolso

Na busca de expandir a carteira de crédito "com qualidade e eficiência", o Banco do Brasil anunciou o aumento em R\$ 4 bilhões o limite pré-aprovado de crédito consignado para 2 milhões de clientes. Servidores do Ministério do Planejamento e aposentados que recebem pelo INSS serão os maiores beneficiados. Líder de mercado nesse segmento, a instituição financeira possui atualmente R\$ 20 bilhões em empréstimos consignados.

Banco portátil

Um universo de quase 10 milhões de pessoas, que representam mais de 18% dos correntistas do Banco do Brasil estão habilitados a realizar transações via celular. Efetivamente, cerca de 1 milhão de clientes realizam operações com aparelho móvel com grande frequência, todos os meses. São 7 milhões de transações mensais, contando os SMSs (serviço de mensagens curtas). De acordo com o gerente da divisão de Internet e Soluções de Mobilidade da instituição, Jonas Torres Vargas, o Banco do Brasil foi um dos primeiros a investir em soluções de mobilidade financeira no País. Desde 2000, a instituição trabalha nessa linha e, em 2006, lançou o conceito "Banco de Bolso".

Maior fatia

O Banco do Brasil está reorganizando sua participação societária na área de seguros. A instituição pretende realizar aquisições e parcerias estratégicas, as quais podem levar o banco público a

alcançar a liderança no setor. A reformulação se baseia na constituição de duas subsidiárias integrais - BB Seguros Participações e BB Aliança Participações -, empresas não financeiras diretamente ligadas ao banco. O BB também tem a intenção de realizar uma aliança com a espanhola Mapfre e manifestou interesse em comprar a totalidade das ações detidas pela SulAmérica na Brasilveículos.

Mais capital

As atenções do mercado estão voltadas para uma possível oferta de ações do Banco do Brasil que pode acontecer no final do ano ou no princípio de 2010. Estimativas apontam que o BB poderia fazer uma oferta de R\$ 3 bilhões. Há quem calcule algo maior, próximo a R\$ 5 bilhões. A instituição ainda não teria decidido se a oferta será secundária, com venda de ações pertencentes ao governo, ou primária, para captar dinheiro novo. O banco já realizou duas ofertas secundárias de ações, em 2006 e em 2007. Mas, agora, com o apetite demonstrado pelo banco na área de crédito, são grandes as chances de que ao menos parte da operação seja para ampliar seu capital. Nesse caso, a capacidade de empréstimo do BB se expandiria em algumas dezenas de bilhões. Um analista chega a estimar que a carteira de crédito poderia crescer cerca de R\$ 50 bilhões. A oferta contribuirá para que o BB atenda à exigência do Novo Mercado da Bovespa de manter ao menos 25% de suas ações em poder de investidores.

AGENDA

Vem aí a **IIª Bienal do Automóvel**, edição 2009. O evento acontece em Belo Horizonte de 9 a 13 de dezembro.

A primeira, em 2007, foi sucesso absoluto. Nos quatro dias de exposição mais de 100 mil pessoas passaram pelo Complexo de Exposições da Gameleira. Além de automóveis nacionais e importados, a Bienal terá exposição de colecionadores, do Instituto Ayrton Senna (com artigos da coleção do piloto), espaço náutico, bikes, triciclos, mini veículos e buggy. Também serão mostrados veículos Tunados e de *Rally*, *Veteran Car* e *Praça do Hot*. Além disso, a preocupação com a acessibilidade traz o espaço para o portador de necessidades especiais. Estandes voltados para esse segmento com apresentação de lançamentos e inovações de mobilidade, de veículos adaptados e transportes especiais. Também informações sobre processos de habilitação e políticas públicas dirigidas para esta importante parcela da população.

Você não pode perder. A **Bienal do Automóvel** só acontece em Belo Horizonte e somente de dois em dois anos. O evento é grandioso. É diversão garantida para todas as idades. Para maiores informações acesse o site: www.bienaldoautomovel.com.br.

Associe-se à UNAMIBB**Mensalidade R\$ 12,50**

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039

 Sim, desejo associar-me à UNAMIBB

Nome Completo: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Estado: _____

Cidade: _____ Telefone _____

C/C Nº: _____ Matrícula _____ Agência: ____/____/____/____/____

DG

Nome da Agência: _____ Assinatura _____